

MONITOR FISCAL

Consultoria de Orçamentos,
Fiscalização e Controle – SF

Consultoria de Orçamento e
Fiscalização Financeira – CD



Julho/2017 (Dados de Maio/2017)



Desempenho Fiscal

União registra déficit primário de R\$ 36,1 bilhões até maio de 2017, com risco de descumprimento da meta anual. No âmbito do governo central, as expectativas de mercado apontam para déficit de R\$ 142,1 bilhões, frente à meta de déficit de R\$ 138,8 bilhões.

A. RESULTADO PRIMÁRIO EM 2017

R\$ bilhões

ESFERA	REALIZADO		LDO	DIFERENÇA (B)-(A)
	EM MAIO	ATÉ MAIO (A)	META DO ANO (B)	
Setor Público Consolidado	-30,7	15,6	-143,1	-109,1
União	-32,2	-36,1	-142,0	-105,9
Governo Central	-32,1	-34,8	-138,8	-104,0
Empresas Estatais Federais	-0,1	-1,2	-3,2	-2,0
Estados e Municípios	1,4	20,4	-1,1	-3,1

Fonte: Banco Central para valores realizados e Lei 13.408/2016 (LDO 2017) e Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 2º Bimestre de 2017 para as metas do ano.

O resultado primário da União em maio de 2017 foi deficitário em R\$ 32,2 bilhões. No acumulado do ano, apura-se déficit de R\$ 36,1 bilhões.

Destaca-se que, no âmbito do governo central (que abrange governo federal, INSS e Bacen, mas exclui as estatais federais), a mediana das projeções de mercado informadas pelo Prisma Fiscal, da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (edição de maio), aponta para déficit de R\$ 142,1 bilhões em 2017, o que implicaria inobservância da meta de déficit de R\$ 138,8 bilhões, anunciada pelo Poder Executivo no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 2º Bimestre de 2017.

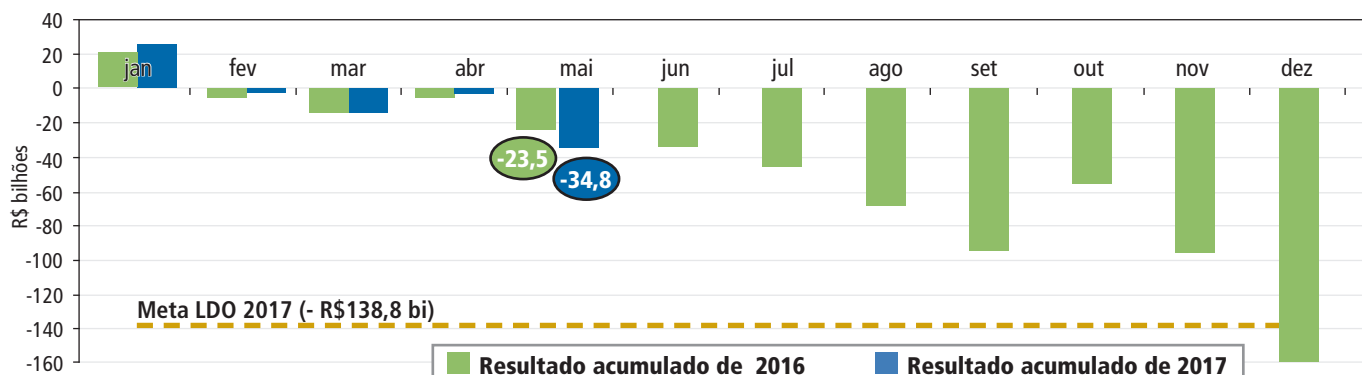
Importa esclarecer que a meta de déficit do governo central, conforme registrado no Monitor de Junho, fora re-

duzida de R\$ 139,0 bilhões para R\$ 138,8 bilhões com vistas a compensar o resultado desfavorável adicional de R\$ 0,2 bilhão previsto para as estatais federais, cuja meta de déficit foi elevada na mesma proporção, de R\$ 3,0 bilhões para R\$ 3,2 bilhões. Trata-se de compensação entre metas promovida com amparo no art. 2º, § 3º, da LDO 2017, que em nada altera o total da meta de déficit primário da União, fixada em R\$ 142,0 bilhões.

Cabe reiterar que 2017 representa o primeiro ano de vigência do Novo Regime Fiscal (Emenda Constitucional 95, de 2016), o qual limita por 20 anos os gastos primários da União. Embora tal medida contribua para o esforço de contenção de despesas e geração de resultados fiscais mais favoráveis, persiste o risco de descumprimento de metas de resultado primário em 2017.

B. DESEMPENHO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (2016-2017)

Resultado primário acumulado do ano (2016 - 2017)



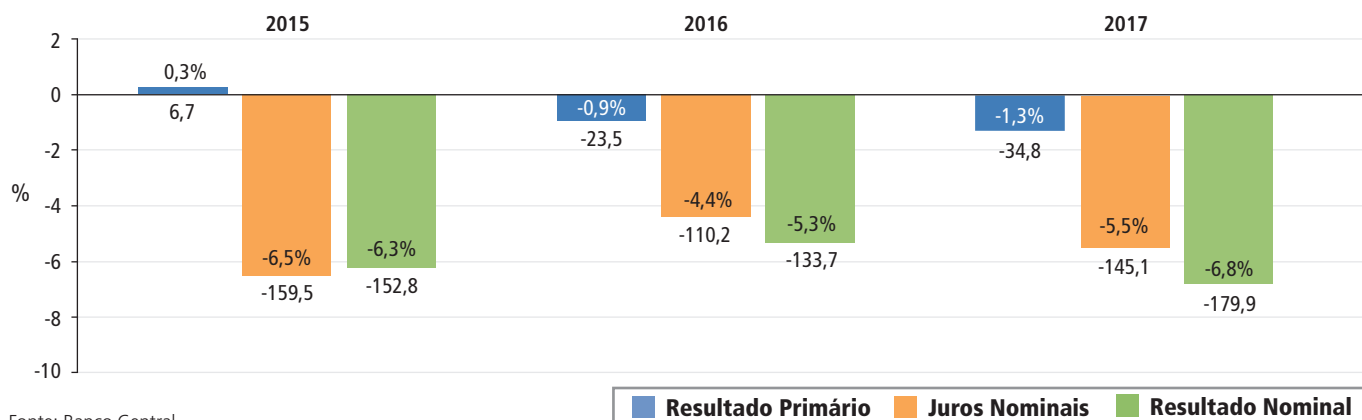
Fonte: Banco Central

No ano, o governo central acumulou resultado primário deficitário de R\$ 34,8 bilhões (-1,3% do PIB). No mesmo período de 2016, o déficit primário acumulado foi de R\$ 23,5 bilhões (-0,9% do PIB).

Em maio de 2017, o governo central apresentou déficit primário de R\$ 32,1 bilhões, frente a déficit de R\$ 17,8 bilhões apurado no mesmo mês de 2016.

C. RESULTADOS FISCAIS DO GOVERNO CENTRAL (2015-2017)

Resultados fiscais do governo central — Até Maio (R\$ bilhões e % do PIB)



Fonte: Banco Central

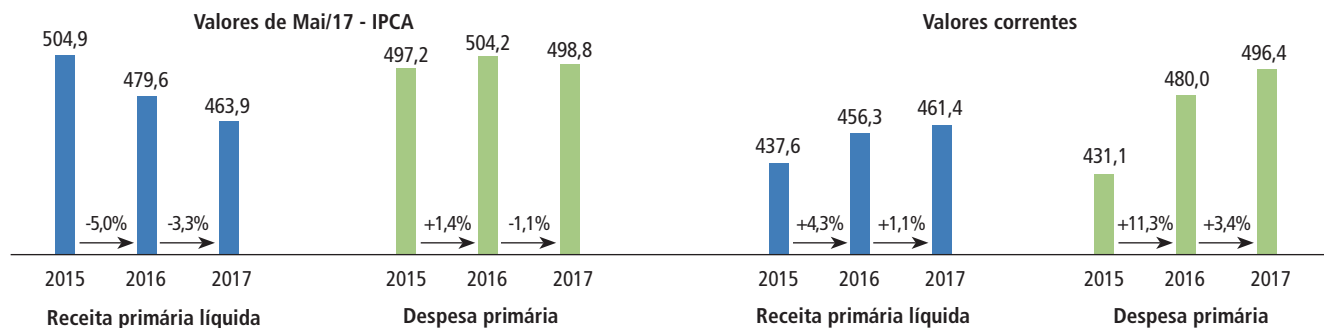
O resultado nominal do governo central até maio de 2017 foi deficitário em R\$ 179,9 bilhões (-6,8% do PIB). Em 2016, o déficit acumulado no mesmo período havia sido de R\$ 133,7 bilhões (-5,3% do PIB).

Os juros nominais líquidos, apropriados por competência, alcançaram R\$ 145,1 bilhões (-5,5% do PIB) até maio, comparativamente a R\$ 110,2 bilhões (-4,4% do PIB) apurados no mesmo período do ano anterior.

Não obstante as últimas reduções da taxa básica de juros promovidas pelo Comitê de Política Monetária (Copom), atualmente no patamar de 10,25% a.a., as despesas reais com juros tendem a se manter elevadas ao longo do ano, pois também houve queda da inflação. Esse fato, somado à persistência do déficit primário e ao baixo crescimento econômico, mantém inalterado o preocupante cenário de crescimento do estoque da dívida, conforme registrado no item F.

D. RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL

Receitas e despesas primárias — Jan - Mai (R\$ bilhões)



Fonte: Tesouro Nacional

A receita primária líquida (receita primária total menos transferências obrigatórias aos demais entes) apresentou queda real de 3,3% no período de janeiro a maio de 2017, relativamente ao mesmo período de 2016. Por sua vez, a despesa primária teve redução real de 1,1%.

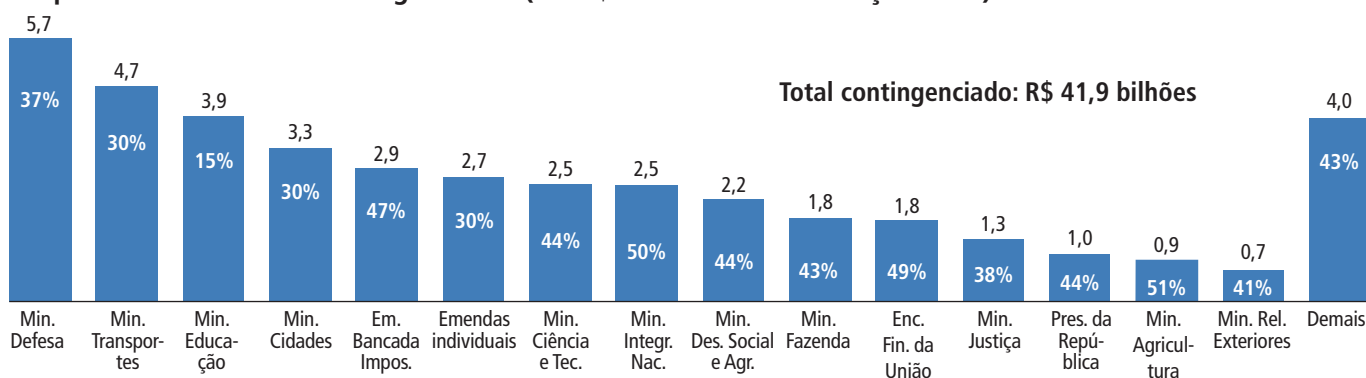
O decréscimo na receita líquida em R\$ 15,7 bilhões (-3,3%) é explicado, principalmente, pela diminuição nas receitas não administradas pela RFB em R\$ 4,0 bilhões (-6,2%), pela redução da arrecadação líquida do RGPS em R\$ 3,7 bilhões (-2,5%) e pela elevação nas transferências por repartição de receita em R\$ 5,9 bilhões (6,4%), somadas a uma queda de R\$ 2,0 bilhões (-0,6%) nas receitas administradas. A redução nas receitas não administradas pela RFB decorre princi-

palmente da não repetição, em 2017, do recebimento de R\$ 11,1 bilhões em bônus de outorga ocorrido em janeiro de 2016.

A redução da despesa é explicada pela diminuição das despesas discricionárias do Executivo em R\$ 19,1 bilhões (-18,0%) e de outras despesas obrigatórias em R\$ 12,0 bilhões (-13,6%), parcialmente compensadas pela elevação das despesas com benefícios previdenciários em R\$ 14,5 bilhões (7,2%) e com pessoal e encargos sociais em R\$ 12,1 bilhões (11,8%). Parte do crescimento das despesas previdenciárias e de pessoal deriva da alteração do calendário de pagamento de precatórios.

E. CONTINGENCIAMENTO DE DESPESAS DISCRICIONÁRIAS

Despesas discricionárias contingenciadas (em R\$ bilhões e % da dotação atual)



Fonte: Decreto 8.961/2017, atualizado até o Decreto 9.062/2017, e Siga Brasil. O percentual de contingenciamento sobre as emendas individuais de 30% foi calculado sobre o total autorizado na LOA 2017 para o Poder Executivo (R\$ 9,0 bilhões). O montante de execução obrigatória, conforme disciplina a Constituição, é de 1,2% da RCL apurada em 2016 (R\$ 8,6 bilhões). Considerado esse valor, o contingenciamento representou 26% do montante disponível para execução.

Conforme Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 2º bimestre de 2017, do Poder Executivo, em face da ampliação de R\$ 7,1 bilhões na estimativa da receita primária líquida, da previsão de incremento de R\$ 3,7 bilhões nas despesas obrigatórias inicialmente definidas na LOA 2017 e da decisão de compensar a previsão de resultado primário desfavorável das empresas estatais de R\$ 0,2

bilhão, verificou-se a possibilidade de expansão dos limites para empenho em R\$ 3,1 bilhões, comparativamente ao cenário apresentado no Relatório Extemporâneo de Avaliação de março.

Apesar do resultado da análise, ao editar o Decreto 9.062/2017, o Poder Executivo decidiu não alterar os limites

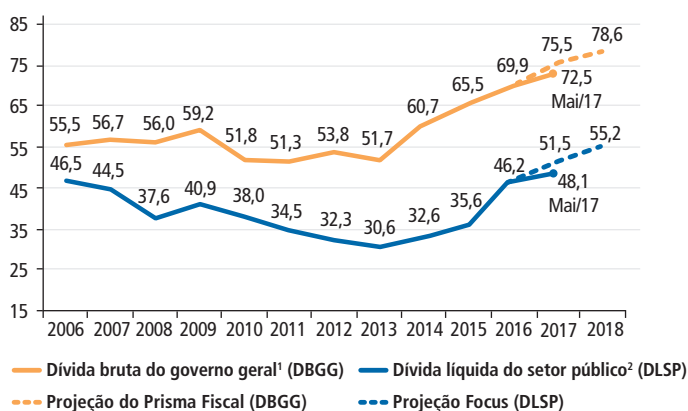
para empenho de seus órgãos, ampliando apenas os limites para pagamento, o que indica a intenção de priorizar o pagamento de restos a pagar. Considerando, ainda, que a dotação atualizada também não foi alterada em seu total, tendo havido apenas baixo volume de remanejamentos de dotações por meio de créditos adicionais, mantêm-se contingenciados R\$ 41,9 bilhões da dotação atualizada até o mês de maio, conforme detalhamento do gráfico, o equiva-

lente a 28,9% das suas despesas discricionárias, cujo montante autorizado é de R\$ 144,7 bilhões. Destaca-se que o Ministério da Saúde permaneceu sem contingenciamento.

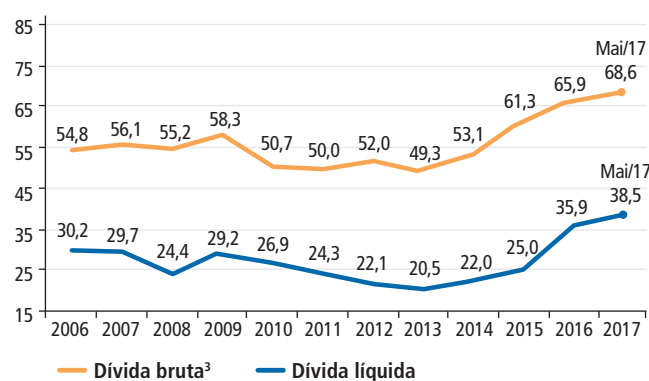
Observa-se que, apesar de o teto para as despesas primárias já viger, conformar os gastos à meta de resultado definida na LDO 2017 constitui o principal desafio do Governo até o momento.

F. ENDIVIDAMENTO DO SETOR PÚBLICO (% PIB)

Setor público consolidado - 2006 a mai/2017



Governo Federal - 2006 a mai/2017



Fonte: Banco Central, Prisma Fiscal e Relatório Focus de 30/06/2017. 1. A dívida bruta do governo geral abrange governos federal, estaduais e municipais e exclui Banco Central e empresas estatais. 2. A dívida líquida do setor público abrange governo geral, Banco Central e empresas estatais. 3. A dívida bruta do governo federal abrange: dívida mobiliária em mercado, operações compromissadas do Bacen, dívida bancária do governo federal, dívida assumida pela União em razão da Lei 8.727/93 e dívida externa do governo federal.

A dívida bruta do governo geral (DBGG) cresceu 1,2 p.p. em relação ao fim de abril de 2017 e alcançou 72,5% do PIB (R\$ 4,6 trilhões). Os grandes componentes da DBGG são a dívida mobiliária do Tesouro Nacional, que correspondeu a 48,8% do PIB (R\$ 3,1 trilhões) em maio, e as operações compromissadas do Banco Central, que representaram 18,3% do PIB (R\$ 1,2 trilhão). A dívida mobiliária federal interna totalizou R\$ 3,1 trilhões (49,0% do PIB) em maio, registrando decréscimo de R\$ 6,9 bilhões em relação a abril. O resultado refletiu resgates líquidos R\$ 19,3 bilhões, apropriação de juros de R\$ 26,1 bilhões e acréscimo de R\$ 0,2 bilhão decorrente da depreciação cambial.

A dívida líquida do setor público (DLSP) alcançou R\$ 3,1 trilhões (48,1% do PIB) em maio, aumentando 0,7 p.p. em relação ao mês anterior. Os fatores que condicionaram tal variação foram, por um lado, os juros nominais apropriados e o resultado primário deficitário e, por outro, a desvalorização cambial. No exercício, a elevação de 2,0 p.p. na relação DLSP/PIB decorreu da incorporação de juros nominais (aumento de 2,7 p.p.), da valorização cambial (aumento de 0,1 p.p.), do efeito do crescimento do PIB nominal (redução de 0,9 p.p.), do resultado primário (aumento de 0,2 p.p.) e do ajuste de paridade da cesta de moedas da dívida externa líquida (redução de 0,1 p.p.).

Os resultados fiscais deficitários do mês de maio (-R\$ 30,7 bilhões de Resultado Primário e -R\$ 36,2 bilhões de Juros Nominais) reforçam a tendência de alta do endividamento público. Segundo a mediana das expectativas contidas no Prisma Fiscal de junho, a DBGG deve alcançar 75,5% do PIB ao final deste ano e 78,6% do PIB em 2018.

No que tange exclusivamente ao governo federal (que exclui Banco Central e empresas estatais), o endividamento bruto cresceu 1,1 p.p. em maio de 2017 frente ao mês anterior e alcançou 68,6% do PIB (R\$ 4,4 trilhões). Por sua vez, a dívida líquida federal aumentou 0,7 p.p. no período e registrou 38,5% do PIB (R\$ 2,5 trilhões).

ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – Câmara dos Deputados
 Diretor: Ricardo Alberto Volpe
<http://www.camara.gov.br/internet/orcament/principal>
 Tel: (61) 3216-5100 | conof@camara.gov.br

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – Senado Federal
 Diretora: Ana Claudia Castro Silva Borges
<http://www.senado.gov.br/sf/orcamento>
 Tel: (61) 3303-3318 | monitor.fiscal@senado.leg.br

EQUIPE TÉCNICA

Antonio Carlos D'Ávila, Aritan Maia, Arthur Kronenberger, Bruno Rocha, Eduardo Rodrigues, Flávio Luz, Ingo Luger, Marcel Pereira, Paulo Bijos, Renan Milfont e Rafael de Fraia e Souza.

Formatação: Secretaria de Comunicação Social – Senado Federal | Impressão: Secretaria de Editoração e Publicações – Senado Federal